

**7º Simpósio de Ensino de Graduação****A CASA DE CÂMARA E CADEIA DE SANTA BÁRBARA D'OESTE****Autor(es)**

---

THIAGO LUIS MENILLO

**Orientador(es)**

---

SUELI MANÇANARES LEME

**1. Introdução**

---

Poucos exemplares da arquitetura brasileira do século XIX são vistos com entusiasmo por teóricos e críticos, nesse período o ecletismo era a opção dos arquitetos para composições ostensivas e sem nenhuma nova experimentação (BRUAND, 1981; SEGAWA, 1997). Mas neste cenário encontram-se obras que revelam a busca por uma arquitetura autêntica, consoante com seu tempo. Entre as obras de Victor Dubugras se encontra dois edifícios racionalistas, cuja austeridade e simplicidade expressam a autenticidade construtiva presente nas formas e no sistema construtivo: a Casa de Câmara e Cadeia de Santa Bárbara do Oeste e sua própria residência (REIS, 1997, 2005).

A Casa de Câmara e Cadeia de Santa Bárbara foi construída em 1896 e permaneceu em funcionamento como Delegacia de Polícia e Cadeia Pública até o fim da década de 1970. Parte de um conjunto de equipamentos públicos que Dubugras projetou no fim do século XIX para o Governo do Estado de São Paulo (REIS, 1997, 2005).

O uso do prédio de Santa Bárbara através dos anos superou a capacidade de suporte do edifício, devido a transformações que na cidade ocorreram no século XX que exigiram reformas e intervenções que descaracterizaram a obra e transformaram seu significado no espaço urbano.

O estudo deste tema se justifica por possibilitar aos alunos de arquitetura e urbanismo conhecerem a história do Município de Santa Bárbara do Oeste tendo como base uma obra de arquitetura. Constitui-se também em uma contribuição para a leitura de uma obra pouco conhecida em todos os aspectos e para exposição de seu valor arquitetônico, o que poderá influenciar na decisão do seu tombamento futuro.

**2. Objetivos**

---

O estudo tem por meta conhecer o edifício e compreender o processo que o levou à descaracterização, a fim de se dar um passo fundamental para sua preservação.

**3. Desenvolvimento**

---

A pesquisa bibliográfica, a análise de fotografias e de documentos disponíveis em arquivos históricos e a coleta de depoimentos pessoais constituam-se nos instrumentos utilizados no processo de levantamento dos dados.

**4. Resultado e Discussão**

---

O MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

A ocupação de Santa Bárbara inicia-se com a formação de um povoado por Dona Margarida em 1818 (MARTINS, 2007). A cura da capela, em 1839 elevou o povoado a 4º Distrito da Vila Nova Constituição e 16º Termo da Comarca de Porto Feliz (CRIVELLARI, s/d).

Em 1842 o curato é elevado a Freguesia pertencente ao Município de Constituição (CRIVELLARI, s/d).

Com o desenvolvimento da economia do café e o baixo preço do açúcar no mercado, a cidade caiu em uma década de abandono e seu desenvolvimento estagnou-se entre 1857 e 1867; até a chegada dos imigrantes americanos que fugiam da guerra da secessão e compravam terras baratas, com novas técnicas agrícolas que fizeram prosperar a produção de algodão, ao tempo em que o governo provincial criou o imposto em favor da indústria açucareira, estimulando a retomada do setor na cidade, trazendo um novo tempo de desenvolvimento (CAMACHO, 1890 apud CRIVELLARI, s/d).

Em 1858 a Câmara de Nova Constituição solicitou do Presidente da Província a construção ou aluguel de um local para detenção de infratores; além da intenção de aproximar a autoridade à Vila, afirmando o poder no local; as solicitações a esse respeito continuam em 1864 e 65 (VITTI; ANGOLINI, s/d).

Santa Bárbara chegou à condição de Vila em 1869, dando autonomia política e administrativa à Freguesia através eleição conduzida pelos vereadores de Nova Constituição (MARTINS, 2007).

A primeira Câmara localizava-se na esquina da Rua XV de Novembro com a Rua Prudente de Moraes, atual Av. de Cillo, e a primeira cadeia em uma casa alugada em frente ao jardim, na esquina da Rua Prudente de Moraes Barros com a Rua Dona Margarida (OLIVEIRA, 1966, 1969).

Em 1896 foi construída a Casa de Câmara e Cadeia pelo Departamento de Obras Públicas de São Paulo. A cidade recebeu foros de município em 1906 (MARTINS, 2007).

Na década de 1930 o município tinha cerca de 9 mil habitantes, com um terço na área urbana e grande crescimento viria com a industrialização, entre as décadas de 50 e 70 (MARTINS, 2007).

## A ARQUITETURA DAS CASAS DE CÂMARA E CADEIA E O EDIFÍCIO DE SANTA BÁRBARA

No início da colonização, a fundação de vilas firmava o poder real e a Casa de Câmara e Cadeia é símbolo desta autoridade e da organização territorial. Possuíam dois pavimentos: no térreo, a cadeia, no superior, a câmara. Havia vários tipos de cadeia, para diferentes finalidades, geralmente não possuíam acesso da rua para a cadeia, somente janelas pelas quais os presos eram alimentados pela população e a entrada se dava por alçapões no piso superior (BARRETO, 1947).

Eram projetadas por engenheiros militares, de traçado rigoroso das plantas e fachadas, maioria de taipa, com aplicação de reforço com madeira nas paredes das celas para evitar a fuga; tinha como partidos a segurança, no pavimento térreo, e o primor estético da composição no pavimento superior (BARRETO, 1947).

A obra de Dubugras em Santa Bárbara distingue-se em três pontos: o sistema construtivo, em alvenaria de tijolo aparente; a composição formal e volumétrica possibilitadas pelo sistema construtivo; e em terceiro, o momento histórico de sua construção – o ecletismo, na arquitetura, e a Primeira República instalada no país em 1889.

Neste período Dubugras projetou para o D.O.P. um conjunto de obras no interior paulista (REIS, 1997), com elementos neogótico e românico, nenhuma delas apresenta os traços racionalistas do prédio de Santa Bárbara que combina modéstia, austeridade e elegância, como a arquitetura de Berlage na Holanda (REIS, 1997).

A obra assemelha-se à residência do arquiteto, ambas de 1896 (REIS, 2005): chaminés destacando-se nos frontões, ornamento metálico aplicado de modo discreto nas extremidades das paredes e frontões, desenho simples da escada de madeira encaixada no edifício, seteiras com arcos abatidos. Os arremates em branco contrastando com o vermelho dos tijolos sobre o alicerce de pedra revestido e também pintado, lembram um galpão industrial, mas a austeridade é amenizada pela escala e pelos detalhes, sobretudo no interior, pela estrutura do telhado com parte aparente, fazendo o pé-direito elevar sobre apoios cuidadosamente desenhados, sem abrir mão da simplicidade.

## O PROGRAMA ORIGINAL

Um modo de se preservar a integridade de um edifício é através da manutenção de seu uso e do programa em compatibilidade com o espaço construído (LEMOS, 1981).

Porém as grandes transformações políticas, sociais e econômicas pelas quais passam as cidades, transformam os programas dos edifícios, extinguem alguns usos e amplia outros a ponto de os tornarem incompatíveis ao espaço original. O que pode não ser inevitável para capelas, escolas e algumas residências, mas fatídico no caso das casas de câmara e cadeia.

Já na primeira República, o edifício de Santa Bárbara é demandado pela nova condição política e populacional do município com 76 anos. Três séculos após a chegada do programa ao país, o edifício de Dubugras apresenta inovações quanto à arquitetura, mas pouca mudança quanto ao programa e à organização espacial, que se tornariam incompatíveis com as cidades do século XX. A despeito de sua arquitetura inovadora, o edifício já nasceu ultrapassado considerando o momento histórico; o que se comprova com o fato de a República deixar de construí-los (BARRETO, 1947), pois as câmaras são instituições municipais e as cadeias ficaram ao cargo da Secretaria de Segurança do Estado.

O projeto apresenta a separação dos poderes legislativo e judiciário na divisão dos acessos aos pavimentos setORIZADOS em eixos paralelos e de sentidos opostos.

## A FALÊNCIA DO PROGRAMA E A DESCARACTERIZAÇÃO DA OBRA.

O crescimento da cidade fez da velha cadeia um edifício com programa condenado, o que levou à degradação e descaracterização da obra, como se verifica na análise de fotografias de diferentes períodos, das notícias e denúncias de jornais publicados nos anos 60, 70 e 80, e do depoimento do escrivão de polícia aposentado Valdo Franchi, exposto no Museu da Imigração.

A Câmara deixou o prédio na primeira década de sua ocupação, em 1913 voltou para a antiga casa (OLIVEIRA, 1966).

A Cadeia permaneceu em funcionamento no edifício até o fim da década de 1970. O prédio já tinha no entorno o centro urbanizado e não comportava o número de presos: treze em março de 1969, em duas celas de 12m<sup>2</sup> (NOSSA..., 1969).

Neste tempo não se faz menção do seu valor arquitetônico, nem há o devido afastamento para que fosse valorizado como um bem cultural: tratava-se de um equipamento público com a capacidade de suporte esgotada.

Atendendo ao uso da cadeia por mais de 70 anos o prédio passou por reformas para instalações elétricas e sanitárias e reparos. Percebe-se nas fotografias datadas da década de 1940 que as aberturas do xadrez que davam para a rua foram vedadas para impedir o contato dos presos com a população.

Em depoimento, Valdo Franchi fala das reformas que foram feitas:

[...] O xadrez, à esquerda da porta de entrada foi feito depois de uma reforma. A sala onde funcionará a administração do Museu tinha sido transformada em alojamento de praças, depois de uma reforma. No fundo do corredor [...] foi feito um banheiro. A outra cela passou a ser a sala do comandante do destacamento. Três celas ocupavam o lugar onde está o grande salão térreo [...]. Estas celas tinham sanitários e um corredor que dava para a saída de carruagem.

[...] Debaixo da escada [...] ficava um pequeno arquivo. No andar superior [...] não havia a porta lateral esquerda e janelões de vidro abriam para dentro. [...] Com a reforma em que rebaixaram o forro do teto, o salão foi dividido em três salas com um corredor na frente e um banheiro. Substituíram as janelas por vitrôs basculantes.

O estado da cadeia era calamitoso, situação que permaneceu até o final da década de 1970; era considerado antiestético e insalubre; não obedecia às normas de higiene, segurança e conforto e a população já o considerava repulsivo e ameaçador (NOSSA..., 1969; AFRONTA..., 1971; E O NOVO..., 1978).

A época a que o edifício servira estava diluída. Assim, a manutenção do programa não o preservaria, mas denegria-o e o tornava indesejável.

## O PROGRAMA ATUAL E A PRESERVAÇÃO DO MONUMENTO

Nos anos 70 a prefeitura forneceu o terreno para a construção do novo prédio da Delegacia de Polícia (E O NOVO..., 1978), no fim da década o Governo do Estado construiu prédio e o antigo edifício, doado à prefeitura, ficou fechado até o fim dos anos 80 quando foi inaugurado o Museu da Imigração (CADEIA..., 1985).

Vê-se nas fotografias da reforma de 1986 que ainda havia os vitrôs basculantes, o forro que rebaixava o teto original foi retirado e o antigo revelou-se deteriorado, mas em condições de ser restaurado. As divisões no salão do superior foram demolidas. O bloco de celas acrescido para atender à cadeia foi mantido, as divisões internas foram retiradas e a cobertura refeita; a porta que dava deste bloco para a saída de carruagens foi vedada. Novos “janelões” foram instalados no andar superior, com venezianas de madeira e não como os originais de vidro, cujo desenho e material não revelam sua atualidade. Instalações foram embutidas nas paredes, realizando cortes na alvenaria. Na antiga cela da esquerda da entrada foram feitas seteiras, imitando falsamente as outras celas, aberturas inexistentes originalmente, como pode se ver no projeto original e nas fotografias de 1896 e de 1986.

O revestimento de argamassa refeito, mantendo oculta a alvenaria de tijolos e marcas do tempo como tentativas de fuga e reparos de patologias; o prédio foi pintado e, recentemente revestido com massa acrílica com textura de quartzo. Até os discretos detalhes metálicos das fachadas foram cobertos pela pintura. Dois quadros foram deixados expondo alguns tijolos e parte do alicerce de pedra.

## 5. Considerações Finais

---

Com base na história de Santa Bárbara e do edifício da antiga Casa de Cara e Cadeia, identificam-se os diferentes significados do monumento que o levaram ao estado atual: inicialmente um equipamento público símbolo do progresso; a partir da segunda metade do século XX, um edifício cujo espaço atendia mais função pelo desgaste do programa colonial feito no fim do século XIX, sendo um problema urbano em pleno centro da cidade; após desativado, tendo o devido afastamento do agravante, foi reconhecido como um bem cultural testemunho da história da cidade e da arquitetura, adaptado para museu.

Fases distintas de usos e significados permitiram diferentes intervenções, muitas irreversíveis, que descaracterizaram a obra,

perdendo-se as principais características que o distinguiram como uso do racionalismo em edifício público, singular no Brasil. A atual função de equipamento público cultural mantém o prior, mas não pode garantir a preservação do patrimônio de acordo com as cartas internacionais e nacionais, embora estas sejam ainda muito debatidas e aplicadas de forma distinta de acordo com cada caso. Por seu significado na história do município, da polícia e da arquitetura brasileira, justificam-se estudos para que as futuras intervenções recuperem características originais da obra, respeitando os valores relevantes de cada momento, assim como seu tombamento pelos conselhos e institutos patrimoniais.

## Referências Bibliográficas

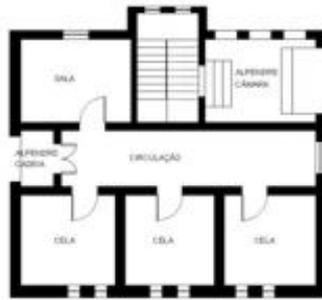
---

- AFRONTA ao nosso progresso. *Jornal d'Oeste*, Santa Bárbara d'Oeste. 10 jul. 1971. p.1.
- BARRETO, P. T. Casas de câmara e cadeia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 11. p. 9-195.
- BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. Tradução Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1981. 397p.
- CADEIA velha será restaurada. *Jornal d'Oeste*, Santa Bárbara d'Oeste. 5 set.1985.p.1.
- CRIVELLARI, J. M. (Coord.). *Santa Bárbara d'Oeste: edição histórica*. São Paulo: Focus, [s/d]. 88 p.
- E O NOVO prédio da delegacia? *Jornal d'Oeste*, Santa Bárbara d'Oeste. 13 mar. 1978. p.1.
- LEMOS, C.A.C. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1979.158 p.
- \_\_\_\_\_. Como preservar. In: *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 66-110.
- \_\_\_\_\_. *Alvenaria burguesa*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Nobel, 1989. 205 p.
- MARTINS, J.P.S. *História de Santa Bárbara d'Oeste*. Campinas: Komedi, 2007.112 p.
- NOSSA cadeia pública: estado de calamidade. *Jornal d'Oeste*, Santa Bárbara D'Oeste. 27 mar. 1969. p.1.
- OLIVEIRA, A.B. Reminiscências. *Jornal D'Oeste*, Santa Bárbara D'Oeste. 25 dez. 1966. p.5.
- \_\_\_\_\_. A história de Santa Bárbara: continuação. *Jornal D'Oeste*, Santa Bárbara D'Oeste. 15 jun. 1969. p.11.
- REIS, N. G. *Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: FBSP, 1997. 211p.
- \_\_\_\_\_. *Victor Dubugras: precursor da arquitetura moderna na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2005. 139 p.
- SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1997. 224 p.
- VITTI, G.; ANGOLINI, A.C. (Org.). *Santa Bárbara d'Oeste: tópicos de sua história*. Santa Bárbara d'Oeste: Fundação Romi [s/d].

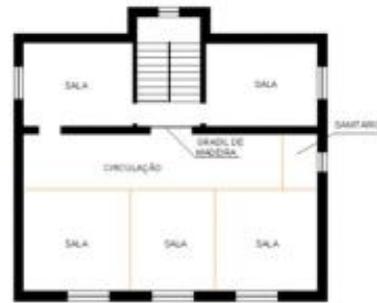
## Anexos

---

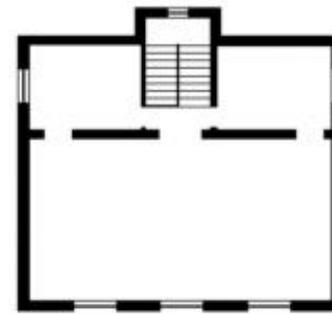
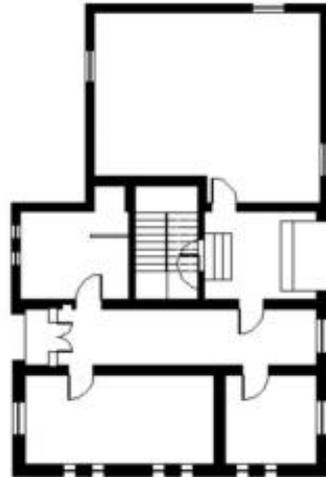
PROJETO ORIGINAL:



ADAPTAÇÕES PARA CADEIA:



ADAPTAÇÃO PARA MUSEU:



PAVIMENTO TÉRREO

PAVIMENTO SUPERIOR





